

DEUS É QUEM PERDOA?

Aldemario Araujo Castro

Advogado

Mestre em Direito

Procurador da Fazenda Nacional

Brasília, 25 de outubro de 2025

Os meus últimos escritos em torno do amor e do perdão foram alvos de elogios, críticas, questionamentos e afirmações de convicções (diferentes das minhas). É ótimo que escritos voltados para a espiritualidade gerem as mais diversas reflexões. Assim, duas importantes ideias devem ser destacadas. Primeiro, a pluralidade caracteriza as experiências espirituais. Em outras palavras, existem várias formas de ver e traduzir, a partir de contextos histórico-sociais diferentes, o plano espiritual da existência. Segundo, é



possível e desejável pensar (aplicar a inteligência) nesse campo. A espiritualidade não é, nem deve ser, sinônimo de dogmatismos ou impossibilidades de discussão. A rigor, tudo (literalmente tudo) pode e deve ser objeto de debates e questionamentos (civilizados e construtivos).

Nesses textos, argumentei que o amor é a força motriz fundamental para a criação do universo e o principal catalisador da evolução espiritual, sendo o seu oposto o egoísmo, e não o ódio. Destaquei que o verdadeiro amor atinge a plenitude quando é desprovido de traços de egoísmo, compreende e aceita as trajetórias espirituais dos seres amados. Afirmei que o perdão não é mais necessário quando a ofensa deixa de ser percebida dessa forma. Enfatizei que o amor, ao contrário

do que muitos pensam, é fácil e leve, sendo a dificuldade identificada na sua prática resultado de contaminantes próprios do atraso espiritual, como o ciúme, a possessividades e as expectativas.

Pretendo explorar uma convicção que me foi apresentada depois de divulgar o último escrito. Aliás, já li e ouvi essa consideração várias vezes. Trata-se da afirmação de que o perdão é uma ação divina. Quem somos nós (pobres mortais) para perdoar?

Já qualifiquei o perdão como o “desafio de ouro” da ética cristã. Trata-se, neste plano terrestre, da mais forte e sublime demonstração de amor, além de ser a maior evidência do nível de evolução espiritual alcançado. Nessa linha, Jesus afirmou a Pedro: “Não te digo até sete vezes [o perdão deve ser dado], mas até setenta vezes sete” (Mateus 18:21-22) e disse na cruz: “Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem” (Lucas 23:34). A oração do “Pai Nosso” também é sintomática, quando diz: “...perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido ...”.

Perdoar, portanto, é uma das mais nobres atitudes do processo evolutivo no plano moral. Perdoar não é uma “tarefa” divina. Perdoar significa progresso espiritual, próprio de almas imperfeitas. Deus não perdoa porque já é perfeito e, nessa perfeição, não se ofende (compreende e aceita as limitações evolutivas dos espíritos que ele mesmo criou).

Neste passo, lembro o texto “O Deus de Spinoza”. Nele consta a seguinte passagem: “Para de tanto ter medo de mim. Eu não te julgo, nem te critico, nem me irrita, nem me incomoda, nem te castigo. Eu sou puro amor. Para de me pedir perdão. Não há nada a perdoar. Se Eu te fiz... Eu te enchi de paixões, de limitações, de prazeres, de sentimentos, de necessidades, de incoerências, de livre-arbítrio. Como posso te castigar por seres como és, se sou Eu quem te fez? Crês que eu poderia criar um lugar para queimar a todos os meus filhos que não se comportam bem pelo resto da eternidade? Que tipo de Deus pode fazer isso?”. Vale registrar que o escrito não é atribuído a Spinoza. Seria uma composição inspirada nas ideias do famoso filósofo.

Existe outra perspectiva de avaliação quando se atribui o perdão a Deus (e somente a Deus). É como se o Ser Supremo, a inteligência criadora de tudo que existe, acompanhasse e interferisse diretamente na vida de cada criatura. Existiria uma “vontade de Deus” que atuaria, de forma positiva ou negativa, na trajetória existencial de cada vivente.

A interferência de Deus no cotidiano das vidas é possível, afinal Ele é onipotente (pode tudo). Entretanto, a forma como Deus criou os espíritos e um especial atributo da divindade apontam para a inviabilidade dessa intervenção direta.

O livre-arbítrio caracteriza cada espírito existente, assim como a inteligência. Esses dois atributos são as “duas faces da mesma moeda”. Cada conduta, cada comportamento, cada escolha na vida pode ser adotada livremente, considerando a experiência, valores e interesses de cada indivíduo. A inteligência, no sentido da avaliação consciente de todos esses elementos, orientará o rumo a ser seguido. Assim, não faz sentido dotar o ser criado dessas características ou instrumentos e, depois, “cassar” o exercício delas nesse ou naquele caso por força de uma intervenção direta em um determinado rumo.



Ademais, Deus é totalmente justo e isonômico. Portanto, não poderia agir para beneficiar (com recompensas) ou prejudicar (com castigos) uma ou algumas de suas criaturas, notadamente na perspectiva de ajudar um ou alguns em detrimento de outro ou outros. Somente a ausência de interferência de um ente dotado de todo o poder possível poderia garantir ou realizar as qualidades destacadas. O Ser Supremo renuncia ao poder de interferir na vida de suas criaturas. Esse é o mais forte e significativo ato de amor da divindade.

Outra ótica a ser considerada aponta para a inserção de um ruído inaceitável na fundamental lei da causa e efeito. Tudo que acontece decorre de causas (condutas e escolhas anteriores) em uma complexa teia cósmica. Essa diretriz fundamental do criador supremo não deve, embora possa, ser afetada “artificialmente” (nem por Ele).

Aprecio muito a seguinte expressão: “deixemos Deus fora disso”. Afinal, é preciso assumir plena responsabilidade em relação às escolhas mundanas arcando com as consequências das ações e omissões. É muito “conveniente” transferir para o Todo Poderoso os ônus das decisões de vida.

